

Semagric discute planejamento da agricultura familiar e ações do Programa Porteira Adentro em reunião do CMDR

PÁGINA 03

Ano XVII - Edição 944

Porto Velho - RO, 29 de janeiro de 2026

PF avança em investigações sobre fraudes em pregões eletrônicos



A investigação teve início a partir de uma ação conjunta entre a Polícia Federal e o Tribunal de Contas de Rondônia.

PÁGINA 03

Deputado é contra negociação de dívida milionária da Energisa: “tem jabuti aí!”



O deputado estadual Jean Mendonça (PL) votou contra o projeto do governo de Rondônia que autoriza a PGE a firmar acordos para encerrar disputas envolvendo débitos tributários, aprovado pela maioria da Assembleia. Segundo ele, a proposta pode beneficiar grandes devedores, como a Energisa, que possui dívida bilionária de ICMS com o Estado, ao mesmo tempo em que a Caerd deve mais de R\$ 37 milhões à concessionária, gerando impacto direto na arrecadação estadual e municipal.

PÁGINA 02

Governo de RO intensifica policiamento em locais de grande circulação durante o período de Carnaval



Segurança reforçada garante tranquilidade durante o Carnaval em Rondônia.

PÁGINA 04

Protesto interdita BR-364 totalmente na entrada de Cujubim e questiona plano de desocupação e pedágio



A rodovia permanece fechada por duas horas e liberada por outras duas horas, de forma alternada.

PÁGINA 02

Governo investe mais de R\$ 6,1 milhões em sinalização viária e fortalece segurança nos municípios



As parcerias permitem que os municípios avancem na implantação de sinalização.

PÁGINA 04

Deputado é contra negociação de dívida milionária da Energisa: “tem jabuti aí!”

Reconhecendo a importância da política de recuperação de crédito tributários de empresas com o Estado de Rondônia, o deputado Jean Mendonça (PL) votou contra o projeto de lei encaminhado pelo governo permitindo a Procuradoria Geral do Estado (PGE) a celebrar acordos para encerrar disputas judiciais e administrativas referentes a débitos tributários e não tributários. O projeto foi aprovado pela maioria dos deputados na sessão da última terça-feira (26.01.26).

Um das empresas beneficiadas em Rondônia pelo acordo, segundo o deputado Jean Mendonça, é a Energisa, concessionária de energia elétrica que possui uma dívida milionária com Estado. Por outro lado, o Estado – Companhia de Águas e Esgoto de Rondônia coleciona um débito milionário com Energisa. “Tem jabuti aí!”, disse o deputado Jean Mendonça (PL), ao se manifestar contrário ao projeto do governo.

Caerd deve a Energisa

Falida e prestes a deixar de prestar serviços de água e esgotos nos municípios do Estado, a dívida da Caerd com a Energisa ultrapassa R\$ 37,3 milhões. O débito com a credora foi acumulada ao longo de duas décadas e passou por cinco governos. Ao longo dos anos, a companhia não recebeu investimentos dos governos e não houve um plano de ação capaz de tirar a Caerd do caminho da falência. Por outro lado, a Energisa também possui dívida com o Estado – R\$ 1,9 bilhão.

Energisa ingressou com uma representação no Tribunal de Contas do Estado para tentar reaver o valor. O processo foi julgado sem resolução do mérito. No TCE-RO, são inúmeros processos que envolvem a Caerd. A companhia de energia elétrica alegou contra a gestão da Caerd indícios de atos de abuso de poder e gestão temerária, de improbidade administrativa e de fraude.

Por sua vez, a Caerd alega que as inúmeras ligações clandestinas levan-

ram a empresa ao caminho acelerado da falência. “As ligações clandestinas, o chamado ‘gato’ constituem ilícito grave, equiparado a crime, não podendo ser relativizadas sob alegação de necessidade financeira”, diz o parecer o conselheiro Omar Pires Dias, relator de um processo de representação da Energisa contra a Caerd.

“Na pressa de aprovar esse perdão de ICMS de até 95% para a Energisa, estamos abrindo mão de uma arrecadação real para os municípios. Defendi que o estado recebesse o valor integral desse valor que a Energisa deve em impostos,” alertou Mendonça.

Energisa foi alvo de CPI na Assembleia Legislativa

A Energisa foi alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assem-

Protesto interdita BR-364 totalmente na entrada de Cujubim e questiona plano de desocupação e pedágio



A rodovia permanece fechada por duas horas e liberada por outras duas horas, de forma alternada.

Produtores rurais interditaram totalmente a BR-364 na tarde desta quarta-feira (28), nas proximidades do trevo de acesso ao município de Cujubim, em protesto contra medidas que afetam a região da Estação Ecológica Soldados da Borracha. A manifestação repete movimentos realizados pelo mesmo grupo no ano passado.

Segundo a Polícia Rodoviária Federal, que confirma a paralisação total da via, a mobilização tem dois principais



Deputados estaduais durante votação do projeto de lei que deu poderes para PGE negociar dívida tributárias.

bleia Legislativa. Um dos focos da CPI foi o “perdão” da dívida milionária com o Estado. Presidida pelo deputado Alex Redano (Repúblicanos), a Energisa teve com relator o ex-deputado Jair Montes (Avante). No entanto, no relatório final da CPI, não houve encaminhamento relativo à dívida de ICMS com o Estado.

motivos: a reivindicação pela revogação do plano de desocupação da área e a reclamação contra as tarifas do novo pedágio implantado na BR-364.

Os manifestantes também cobram o cumprimento de pontos acordados durante mobilizações realizadas em 2025, alegando que os compromissos firmados no ano passado ainda não foram efetivados.

O repórter Reinaldo Moreira acompanha o protesto no local e informou que os produtores afirmam estar aguardando respostas das autoridades. Conforme relatado, a ausência de retorno levou à interdição da chamada Nova BR-364, no trecho entre Ariquemes e Itapuã do Oeste. De acordo com informações colhidas no local, a rodovia permanece fechada por duas horas e liberada por outras duas horas, de forma alternada. Veículos oficiais estão autorizados a passar pelo bloqueio.

DIÁRIO RO
diarioro.com.br

Empresa Jornalística Voz Regional
CNPJ: 10.483.593/0001-48

Fundado em 19 de Novembro de 2008

Avenida Campos Sales, 5156 - Eletronorte
CEP: 76808-458 - Porto Velho - Rondônia

Jornalismo
(69) 3224-2485
jornalismo.diarioro@gmail.com

REDAÇÃO
Rua General Osório, 243,
Centro - Porto Velho - RO

Redação
diarioderondonia@gmail.com

Comercial
vozregionaladm@gmail.com
(69) 99396-8937

Os artigos e matérias são de responsabilidade dos seus autores e não refletem a opinião do veículo.

PF deflagra 2ª fase da Operação Máscara de Janos para combater fraudes em licitações e corrupção de agentes públicos



Policiais federais cumprem mandados de busca e apreensão em endereços vinculados a pessoas físicas e jurídicas investigadas, expedidos pela 2ª Vara de Garantias do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

A Polícia Federal deflagrou, nesta quarta-feira, 28/1, a segunda fase da Operação Máscara de Janos, com o objetivo de aprofundar a apuração e desarticular associação criminosa supostamente estruturada para a prática de fraudes em procedimentos licitatórios,

para superfaturamento de contratos administrativos e para violação de sigilo funcional, no âmbito do Estado de Rondônia e do município de Porto Velho.

A investigação teve início a partir de ação conjunta entre a Polícia Federal e o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, no contexto de atividades de fiscalização e controle externo, a partir das quais foram identificados indícios de irregularidades em procedimentos licitatórios e em contratos administrativos no Estado de Rondônia.

As apurações revelaram que empresas formalmente distintas, porém pertencentes a um mesmo núcleo econômico, teriam atuado de forma coordenada em certames licitatórios, com o propósito de simular competitividade e de direcionar o resultado das contratações públicas.

Corretoras podem ser investigadas pela oferta de produtos do Master



De acordo com as investigações, as três instituições juntas responderam por R\$ 35,6 bilhões em distribuição de ativos ligados ao Master.

A Polícia Federal (PF) iniciou, nesta segunda-feira (26.jan.2026), uma nova fase de interrogatórios no Supremo Tribunal Federal (STF) focada na aquisição de ativos do Banco Master pelo Banco Regional de Brasília (BRB). O procedimento, conduzido sob a relatoria do ministro Dias Toffoli, busca esclarecer possíveis irregularidades na comercialização de carteiras de crédito entre as instituições.

Em paralelo, o caso se expandiu para o mercado de varejo, colocando as gestoras XP, BTG e Nubank sob análise da promotoria após investidores relatarem prejuízos e questionarem a clareza das informações fornecidas sobre os produtos do Master.

O primeiro a ser ouvido pelos agentes federais foi Dario Oswaldo Garcia Júnior, diretor de finanças e controladoria do BRB. Embora tenha respondido

aos questionamentos, o conteúdo de sua fala permanece sob sigilo processual. Na sequência, Alberto Felix de Oliveira Neto, ex-superintendente-executivo de tesouraria do Master, exerceu sua prerrogativa de não produzir prova contra si e optou por não falar aos investigadores.

Segundo dados do inquérito, ao todo oito investigados devem prestar depoimento entre esta segunda e terça-feira (27.jan), sendo a maioria das oitivas realizada por videoconferência.

O foco das autoridades recai agora sobre o dever de informação no mercado financeiro. A Justiça determinou o encaminhamento de documentos, prospectos e relatórios das plataformas de investimento à promotoria para verificar se houve falha de conduta ou riscos ocultos aos consumidores. De acordo com as investigações, as três instituições juntas responderam por R\$ 35,6 bilhões em distribuição de ativos ligados ao Master.

Em notas oficiais, XP, BTG e Nubank declararam que seguiram rigorosamente as normas regulatórias e que estão colaborando com os órgãos competentes, garantindo o fornecimento de todos os dados solicitados. Enquanto isso, a defesa dos investidores tenta ampliar o escopo da ação judicial para incluir evidências de supostas falhas de diligência por parte das gestoras.

Com o avanço das investigações, esta nova fase da operação concentrou-se na identificação da possível participação de servidores públicos e de um advogado no esquema criminoso. Os elementos informativos colhidos até o momento indicam a existência de conluio entre empresários, profissional da advocacia e servidores públicos lotados em órgãos responsáveis pela fiscalização e controle dos contratos.

Foi constatado, ainda, que o grupo investigado teria obtido acesso a informações privilegiadas e sigilosas no interior de órgãos dotados de poder decisório, incluindo minutas de pareceres técnicos e decisões administrativas antes mesmo de suas assinaturas ou publicações oficiais, em aparente afronta aos deveres funcionais e aos princípios constitucionais de legalidade, de impessoalidade, de moralidade e de publicidade.

Semagric discute planejamento da agricultura familiar e ações do Programa Porteira Adentro em reunião do CMDR



Auditório da Secretaria Municipal de Infraestrutura (Seinfra) – Rua Mário Andreazza, nº 8072, JK II, ao lado da Semagric, às 9h

A Prefeitura de Porto Velho, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Semagric), realiza nesta sexta-feira (30) a reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), com foco no planejamento das ações voltadas à agricultura familiar e no fortalecimento do Programa Porteira Adentro.

O encontro tem como objetivo alinhar estratégias, discutir demandas do setor rural e ampliar o diálogo entre o poder público e os representantes do campo, visando o desenvolvimento sustentável da produção agrícola no município. Durante a reunião, serão debatidas ações prioritárias para atender os produtores rurais, além do acompanhamento e aprimoramento das políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar em Porto Velho.

Governo investe mais de R\$ 6,1 milhões em sinalização viária e fortalece segurança nos municípios



As parcerias permitem que os municípios avancem na implantação de sinalização.

O governo de Rondônia reforçou o compromisso com a segurança viária ao investir mais de R\$ 6,1 milhões em ações de sinalização viária em municípios do estado. A iniciativa, conduzida pelo Departamento Estadual de Trânsito (Detran-RO), beneficia diretamente as cidades de Itapuã do Oeste, Santa Luzia d'Oeste e Nova Mamoré, ampliando a or-

ganização do trânsito e a proteção de motoristas e pedestres.

Por meio do Detran-RO, em dezembro de 2025, a gestão estadual formalizou convênios de sinalização viária com os municípios, garantindo apoio técnico e recursos financeiros para a execução de projetos que visam melhorar a mobilidade urbana. As ações foram desen-

volvidas pela Diretoria Técnica de Engenharia de Tráfego (Ditet), responsável por orientar tecnicamente as prefeituras na elaboração e implantação das intervenções.

Para o governador de Rondônia, Marcos Rocha, os investimentos refletem uma política contínua de cuidado com a população, fortalecendo a organização do trânsito, preservando vidas e promovendo mais qualidade para quem circula diariamente pelas cidades.

SINALIZAÇÃO E MOBILIDADE URBANA

Os convênios publicados em dezembro de 2025, contemplam:

Itapuã do Oes-

te, com investimento de R\$ 1.400.122,03 milhão; Santa Luzia d'Oeste, com R\$ 1.509.480,26 milhão; e Nova Mamoré, que recebeu R\$ 3.207.525,19 milhões.

As parcerias permitem que os municípios avancem na implantação de sinalização horizontal e vertical

O total investido soma o valor de R\$ 6.117.127,48 milhões. As parcerias permitem que os municípios avancem na implantação de sinalização horizontal e vertical, adequando o trânsito às normas vigentes e promovendo mais segurança viária. Além disso, o apoio técnico do Detran-RO assegura que os projetos atendam aos critérios de engenharia de tráfego e às necessidades locais.

fego e às necessidades locais.

APOIO TÉCNICO

De acordo com o diretor-geral do Detran-RO, Sandro Rocha, a atuação da Autarquia vai além do repasse de recursos. "O Departamento tem prestado suporte técnico especializado aos municípios, desde a concepção dos projetos até a orientação para execução da sinalização viária, garantindo eficiência, padronização e maior impacto na segurança do trânsito", explicou.

A iniciativa também reforça a transparência das ações públicas, ao dar visibilidade aos investimentos realizados e às parcerias firmadas entre o estado e os municípios.

Governo de Rondônia intensifica policiamento em locais de grande circulação durante o período de Carnaval

Durante o período carnavalesco, de 31 de janeiro a 28 de fevereiro, o governo de Rondônia vai intensificar o policiamento em Porto Velho e nos municípios do estado, com planejamento da Polícia Militar do Estado de Rondônia (PMRO). As ações contarão com um efetivo que atuará em locais de grande circulação de transeuntes, com o objetivo de orientar a população e garantir maior segurança aos brincantes durante o período de carnaval.

O governador de Rondônia, Marcos Rocha ressaltou que o policiamento será feito de forma estratégica, adotando meca-

nismos operacionais adequados às características de cada situação, orientando a população, protegendo a saúde e a integridade física e patrimonial das pessoas e, coibindo a prática de crimes

De acordo com o comandante-geral da PMRO, coronel Glauber Souto, o planejamento das ações contará com policiamento a pé e atuação em pontos estratégicos, além de bloqueios policiais, patrulhas pontuais e outras metodologias consideradas essenciais para o sucesso da operação. Todas as atividades serão coordenadas por oficiais da Polícia Militar, responsáveis pelo planeja-



Segurança reforçada garante tranquilidade durante o Carnaval em Rondônia.

mento, execução e elaboração de relatórios.

Além do reforço no policiamento ostensivo, a operação contará com integração entre a Polícia Militar e outros

órgãos de segurança e fiscalização, visando uma atuação preventiva e rápida resposta a eventuais ocorrências. A orientação é para que os foliões colaborem com as forças de segu-

rança, evitem excessos e sigam as recomendações das autoridades, contribuindo para que as festividades ocorram de forma tranquila e segura em todo o estado.

Prefeitura esclarece Informações falsas sobre radares em Porto Velho



Equipamentos não foram extintos; suspensão e anulação ocorreram de forma temporária e técnica em 2025.

A Prefeitura de Porto Velho, por meio da Secretaria Municipal de Trânsito (Semtran), esclarece que é falsa a informação que circula nas redes sociais afirmando que o prefeito Léo Moraes teria acabado definitivamente com os radares eletrônicos na capital e anulado todas as multas de forma irrestrita.

A informação que voltou a circular retira de contexto uma me-

da adotada no início de 2025, quando foi publicado o Decreto nº 20.762, que suspendeu temporariamente o serviço de fiscalização eletrônica para a realização de ajustes técnicos, aferições, estudos estatísticos e melhorias na sinalização.

À época, durante o período de suspensão, os 15 equipamentos instalados no município permaneceram ativos apenas para fins de

estudos técnicos, sem geração de autuações, e multas aplicadas naquele intervalo específico foram revogadas, conforme previsto no decreto.

A medida não representou o fim definitivo dos radares, tampouco autoriza afirmar que todas as multas aplicadas em outros períodos tenham sido anuladas de forma geral.

De acordo com o secretário municipal de Trânsito, Iremar Torres, a suspensão adotada em 2025 ocorreu dentro da legalidade, com prazo e finalidade definidos, e qualquer revisão de autuações acontece de forma pontual, técnica e administrativa, sem comprometer a política de fiscalização e segurança viária do município.

Auxílio Funeral apoia famílias em situação de vulnerabilidade



A Prefeitura de Porto Velho, por meio da Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social (Semias), disponibiliza o Auxílio Funeral, benefício eventual destinado a famílias em situação de vulnerabilidade social que enfrentam o falecimento de um familiar.

O auxílio tem como finalidade custear despesas básicas relacionadas aos serviços funerários, assegurando atendimento e orienta-

ção social no momento da perda, conforme os critérios previstos na legislação do Sistema Único de Assistência Social (Suas).

Segundo a assistente social da Semias, Jaqueline Resende, o benefício é um direito previsto na política pública de assistência social. “O Auxílio Funeral é destinado às famílias residentes em Porto Velho que não possuem condições financeiras de arcar com os custos do sepultamento”.

Podem acessar o benefício famílias que comprovem situação de vulnerabilidade social, atendendo aos

seguintes critérios: residir em Porto Velho, possuir renda familiar inferior a dois salários mínimos e estar em situação de vulnerabilidade no momento do falecimento.

O atendimento é realizado pelo Plantão Social, que funciona no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas). Após a análise dos critérios, a família é encaminhada à Central de Óbitos e, posteriormente, à funerária responsável pelos serviços. O Plantão Social funciona 24 horas, garantindo atendimento em situações emergenciais, como falecimentos.

Prefeitura de Porto Velho alerta sobre riscos do uso de celulares conectados à rede elétrica



A Prefeitura de Porto Velho faz alerta à população sobre os riscos do uso inadequado de aparelhos celulares durante o carregamento. O hábito, comum em muitos lares, pode provocar acidentes graves, como choques elétricos, queimaduras e curtos-circuitos.

O prefeito Léo Moraes destacou a importância da prevenção e da conscientização da população. “Nosso papel como gestão é cuidar das pessoas, e isso passa pela prevenção. Não queremos que as unidades de saúde recebam pacientes com lesões que poderiam ser evitadas com medidas simples, como retirar o aparelho da tomada antes de utilizá-lo”.

O médico especialista em urgência e emergência do Samu de Porto Velho, Franc Arruda, explica que ocorrências envolvendo celulares conectados à rede elétrica são mais frequentes do que se imagina, com registro médio de um caso por semana. Segundo ele, situações aparentemente simples podem resultar em choques elétricos, queimaduras na face e no corpo, além de incêndios residenciais. “O erro mais comum é deixar o aparelho carregando durante toda a noite. Isso pode causar sobrecarga e até a explosão do dispositivo, principalmente quando o celular está sobre superfícies inflamáveis, como colchões”, alertou o médico.

PRECAUÇÕES

Em caso de incidente elétrico, a orientação é desligar imediatamente o disjuntor no painel de energia para interromper a corrente elétrica e acionar o Samu.

A Prefeitura orienta a população a adotar medidas simples para reduzir os riscos:

- Utilizar cabos e carregadores originais ou certificados;
- Conectar primeiro o carregador à tomada e, depois, ao celular;
- Retirar a capa do aparelho durante o carregamento para evitar superaquecimento;
- Evitar o uso de adaptadores (“benjamins” ou “tês”) com vários equipamentos ligados à mesma tomada;
- Redobrar os cuidados em dias de chuva, evitando o uso de aparelhos conectados à rede elétrica.

Em caso de incidente elétrico, a orientação é desligar imediatamente o disjuntor no painel de energia para interromper a corrente elétrica e acionar o Samu, pelo número 192, ou o Corpo de Bombeiros, pelo 193.

PATAMO fecha duas bocas de fumo, prende suspeitos e apreende drogas



Na manhã desta terça-feira (27), a Polícia Civil de Rondônia, por meio da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) de Guajará-Mirim, cumpriu um mandado de prisão preventiva contra um homem investigado por violência doméstica e familiar.

O mandado foi executado no Distrito de Nova Dimensão, com apoio da Força-Tarefa da Polícia Civil que atua no Parque Estadual de Guajará-Mirim, reforçando a integração entre as unidades policiais na

repressão a crimes graves e reiterados.

De acordo com a polícia, o investigado já possuía antecedentes por violência doméstica no município de Nova Mamoré e vinha descumprindo decisões judiciais, inclusive medidas protetivas de urgência expedidas em favor da vítima. As investigações apontam a prática de agressões físicas e psicológicas, além de ameaças constantes e invasões à residência da mulher, situações que colocaram sua integridade física e emocional em risco iminente.

A Polícia Civil destacou que a prisão preventiva foi representada diante da reincidência do investigado e do descumprimento reiterado das ordens judiciais, fatores que evidenciam a periculosidade do suspeito e a necessidade de garantir a segurança da vítima. Após a prisão, o homem foi encaminhado à unidade policial e permanece à disposição da Justiça, aguardando as providências legais cabíveis.

A instituição reforça seu compromisso permanente no enfrentamento à violência doméstica e na proteção das mulheres, ressaltando que denúncias podem ser feitas de forma anônima pelo Disque-Denúncia 197 ou diretamente nas delegacias especializadas, garantindo sigilo e atendimento adequado às vítimas.

PM recupera 17 cabeças de gado furtadas durante Operação Segurança Rural

A Polícia Militar de Rondônia, por meio do 4º Batalhão, recuperou na manhã da última terça-feira (27), 17 cabeças de gado furtadas durante ação da Operação Programa Segurança Rural, no município de Cacoal e região.

A ocorrência teve início após acionamento do Núcleo de Inteligência da Polícia Militar, que repassou informações referentes a um furto de semoventes registrado anteriormente na zona rural do município. Com base nos levantamentos preliminares, as guarnições policiais

realizaram diligências em propriedades rurais onde havia suspeita de ocultação do gado de origem ilícita.

Durante as buscas, os policiais localizaram os 17 animais em uma propriedade situada na zona rural, sendo constatadas inconsistências nas informações inicialmente prestadas acerca da existência e procedência dos semoventes. Diante da situação, os fatos foram devidamente registrados para apuração no âmbito de inquérito policial.

A ação contou com apoio da Polícia Ci-

vil, responsável pela condução das investigações, bem como do IDARON, que realizou a conferência dos animais, verificação documental e confirmação da origem do gado. Após reconhecimento pelos legítimos proprietários, os semoventes foram transportados de volta à propriedade de origem, onde permaneceram à disposição das autoridades para eventuais perícias e demais providências legais.

Um dos envolvidos foi conduzido à Delegacia de Polícia Civil para prestar esclarecimentos, sendo a ocorrência

Apenado é surrado pela população após roubo na região central



O apenado monitorado Fabiano P. de A., foi preso acusado de roubo na noite desta terça-feira (27), na Avenida 7 de Setembro, centro de Porto Velho. Segundo informações apuradas pelo site, o criminoso estava de bicicleta quando puxou a bolsa de uma faxineira que saía do trabalho. A vítima gritou por socorro e o apenado foi perseguido, detido e espancado por populares no cruzamento com a Avenida Campos Sales, até a chegada da PM que fez a prisão em flagrante.

De acordo com a Polícia Militar, Fabiano utilizava tornozeleira eletrônica no momento do crime e já possui antecedentes por delitos patrimoniais. Após ser contido pelos populares, ele sofreu escoriações e precisou receber atendimento médico antes de ser encaminhado à Central de Flagrantes. A bolsa da vítima foi recuperada e devolvida.

A PM reforçou que, embora a ação rápida da população tenha impedido a fuga, agressões não são recomendadas, devendo os cidadãos acionar imediatamente as forças de segurança para que a situação seja resolvida dentro da legalidade.

apresentada para adoção das medidas cabíveis. As investigações seguem em andamento para apurar a possível prática dos crimes de furto e receptação.

A Polícia Militar re-

força que a Operação Segurança Rural tem como objetivo intensificar o policiamento no campo, prevenir crimes patrimoniais e garantir maior segurança aos produtores rurais da região.



Ação integrada entre Polícia Militar, Polícia Civil e IDARON resultou na localização dos semoventes na zona rural da região de Cacoal.

Família tenta resgatar preso por tráfico e quatro acabam detidos



Uma operação de combate ao tráfico de drogas realizada pelo 5º Batalhão da Polícia Militar resultou na prisão de quatro pessoas nesta terça-feira (27), em Porto Velho. A ação ocorreu no Beco da Palheira, localizado no bairro Rosalina Gomes, zona leste da capital, após o recebimento de denúncias anônimas sobre a comercialização de entorpecentes na região.

A equipe policial,

sob o comando do sargento Machado e auxílio dos sargentos Pantoja e Castro Aguiar, flagrou o responsável pelas vendas no local. Com o suspeito, foram apreendidas porções de maconha e cocaína, além de dinheiro em espécie e diversos objetos de procedência duvidosa, caracterizando o crime de tráfico de entorpecentes.

Durante o registro da ocorrência, a situação se agravou quando

duas mulheres e um homem, identificados como parentes do suspeito, tentaram resgatá-lo à força. Para conter a tentativa de arrebatamento e garantir a segurança da guarnição, os policiais utilizaram meios de força não letal, como spray de pimenta e disparos de munição de borracha.

Após o controle da confusão, os três familiares também foram detidos e encaminhados à Central de Flagrantes por desacato e resistência. O caso agora segue para as autoridades judiciais, que devem avaliar o histórico dos envolvidos e a procedência dos materiais apreendidos durante a incursão policial na zona leste.

Dono de academia tem casa invadida e é assassinado com vários tiros



Na manhã desta quarta-feira (28), um empresário, identificado apenas como Luiz Tarcízio Xavier de Souza Filho, de 49 anos, foi executado a tiros na rua Carambeí, no núcleo 15 do bairro Cidade Nova, na zona norte de Manaus.

Informações preliminares apontam que Luís era morador da região e, além de proprietário de uma

academia localizada no núcleo 4, também atuava como instrutor de tiro. Por volta das 7h, a vítima foi surpreendida por criminosos em sua residência. Os suspeitos efetuaram diversos disparos contra o empresário e, em seguida, fugiram do local.

O corpo foi removido pelo Instituto Médico Legal (IML). O caso será investigado pela Delegacia Especiali-

zada em Homicídios e Sequestros (DEHS). Até o momento, a motivação do crime é desconhecida.

A Polícia Militar foi acionada logo após o crime e realizou buscas na região, porém nenhum suspeito foi localizado até o fechamento desta edição. A área foi isolada para os trabalhos da perícia criminal, que deve auxiliar na identificação da dinâmica da execução.

A DEHS informou que imagens de câmeras de segurança próximas ao local e possíveis depoimentos de testemunhas serão analisados para esclarecer as circunstâncias e autoria do homicídio.

Homem leva choque ao tentar ligação clandestina em poste



Um homem não identificado sofreu uma descarga elétrica nesta terça-feira (27), ao tentar fazer uma ligação clandestina no bairro da Chapada, zona centro-sul de Manaus.

Segundo testemunhas, ele sofreu a descarga enquanto realizava a ligação. Agentes da Amazonas Energia, que realizavam um serviço nas proximidades, conseguiram desligar a energia do poste, evitando uma tragédia maior. O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) foi acionado, socorreu a vítima e a encaminhou para um hospital da capital. O homem recebeu atendimento e foi liberado.

A concessionária de energia reforçou, por meio de nota, que ligações clandestinas representam grave risco à vida, além de causarem prejuízos à rede elétrica e à coletividade, podendo provocar incêndios, interrupções no fornecimento e acidentes fatais. A empresa orienta que qualquer irregularidade seja denunciada de forma anônima aos canais oficiais e alerta que intervenções na rede devem ser realizadas exclusivamente por profissionais habilitados.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE ALTO PARAÍSO - RO

EEXTRATO DO CONTRATO Nº 001/PMAP/2026

PROCESSO: 1-2809/SEMTUR/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ALTO PARAISO- RO
CONTRATADA: MANO CONSTRUÇÕES E TERRA-PLANAGEM LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 18.098.506/0001-40.

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE ALAMBRADO PERIMETRAL NO ESTÁDIO MUNICIPAL EVERALDO FRANZÓI NO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/RONDÔNIA

DO PRAZO: A vigência do contrato será de 30 (trinta) dias corridos, a contar da Ordem de serviço.

DO VALOR: O valor global do presente contrato é de R\$ 47.311,42 (Quarenta e sete mil, trezentos e onze reais, quarenta e dois centavos).

Obs.: Contrato assinado nos autos respectivo. O Contrato em sua íntegra encontra-se no portal; <http://www.alto-paraíso.ro.gov.br/> e <http://www.diariomunicipal.com.br/arom/>, Código Identificador: 2758EF96, data de circulação 23/01/2026.

Alto Paraíso/RO, 21 de janeiro de 2026.

JOÃO PAVAN
PREFEITO MUNICIPAL

Fórum Estadual reúne gestores e atletas e fortalece políticas esportivas

O Governo de Rondônia, por meio da Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer (Sejucel), realiza nesta semana, nos dias 28 e 29 de janeiro, em Porto Velho, o Fórum Estadual de Formação Esportiva, iniciativa voltada ao fortalecimento da gestão esportiva, à valorização dos clubes e ao desenvolvimento de atletas em todo o estado.

Promovido em parceria com o Comitê Brasileiro de Clubes (CBC), o Fórum que acontece em um hotel, em Porto Velho, reúne gestores públicos, atletas, técnicos, dirigentes de clubes, representantes de federações e demais profissionais da área esportiva, consolidando um espaço estratégico de diálogo, capacitação e troca de experi-



A iniciativa é voltada ao fortalecimento da gestão esportiva, à valorização dos clubes e ao desenvolvimento de atletas.

ências sobre políticas públicas e práticas eficientes no esporte.

O governador de Rondônia, Marcos Rocha, ressaltou que investir em esporte é investir diretamente no desenvolvimento social e humano. “A

formação esportiva vai além do alto rendimento. Ela contribui para a cidadania, a inclusão social e a construção de um futuro com mais oportunidades para crianças e jovens. O Governo de Rondônia tem trabalhado para ampliar

ações que fortaleçam o esporte em todas as regiões do estado”.

Para a secretária adjunta da Sejucel, Letícia Batista, o evento representa um avanço importante na construção de uma política esportiva in-

tegrada e eficiente em Rondônia. “O Fórum Estadual de Formação Esportiva promove a aproximação entre o poder público, os clubes e as entidades esportivas, criando um ambiente favorável à troca de experiências, ao alinhamento de estratégias e ao fortalecimento das políticas esportivas no estado”.

O Fórum conta com a participação de campeões olímpicos e especialistas reconhecidos nacionalmente, que compartilham conhecimentos e boas práticas voltadas à gestão esportiva e ao desenvolvimento de atletas. A iniciativa reforça o compromisso do Governo de Rondônia com a formação de base, a excelência esportiva e o fortalecimento da rede esportiva estadual.

Árbitro de Rondônia está no Programa de Profissionalização da Arbitragem anunciado pela CBF



O árbitro assistente Joverton Wesley de Souza Lima está entre os 72 profissionais.

O árbitro assistente rondoniense Joverton Wesley de Souza Lima, de 31 anos, foi

selecionado pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) para integrar o Programa

de Profissionalização da Arbitragem (PRO), anunciado nesta semana. No quadro da Federação de Futebol do Estado de Rondônia há dez anos, Joverton está entre os 72 árbitros escolhidos em todo o país para participar do novo modelo, que prevê remuneração mensal, bônus por desempenho e dedicação prioritária à arbitragem, sem exigência de exclusividade.

O programa, inicialmente voltado ao Campeonato Brasilei-

ro da Série A, reúne 20 árbitros centrais, 40 assistentes — entre eles Joverton — e 12 árbitros de vídeo (VAR), com avaliações técnicas contínuas, possibilidade de promoção ou rebaixamento anual e acompanhamento físico e profissional. A iniciativa marca uma mudança estrutural na arbitragem nacional, alinhada a padrões internacionais, e reforça o protagonismo de Rondônia no cenário do futebol brasileiro.

Além do reconhe-

cimento profissional, a seleção de Joverton representa um marco para a arbitragem rondoniense, que passa a ter um representante em um dos projetos mais ambiciosos já implementados pela CBF. O PRO prevê ainda planos individualizados de treinamento, suporte na área da saúde, monitoramento tecnológico e avaliações periódicas de desempenho, fatores que devem contribuir para a elevação do nível técnico da arbitragem brasileira.